



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Território, poder e conflito

A microemancipação como um direito enfim contestado: uma reflexão a partir da herança da Guerra do Contestado

Sergio Ricardo Vitiello¹
Amanda Keren Frois²
Maria Gorett Freire Vitiello³

Resumo: Este trabalho reflete, a partir da Teoria Crítica e do Território, sobre o resgate da história do Contestado e do rompimento com a sina, imposta aos caboclos, da discriminação étnica e cultural imposta pela herança da Guerra. Parte de uma observação empírica do território a partir de um trabalho de campo. Têm-se que essa guerra se deu a partir de um conflito que desterritorializou o povo cabloco, para que suas terras servissem aos interesses econômicos do capital. A partir da ótica da microemancipação, o resgate de sua identidade é alcançado por meio do reavivamento da cultura cabocla.

Palavras-chave: Guerra do Contestado, Território, Teoria Crítica, microemancipação

Abstract: This work reflects, using the Critical Theory and the Territory, on the rescue of the History of the Contestado and the rupture with the fortune, imposed to the caboclos, of the ethnic and cultural discrimination imposed by the inheritance of the War. Part of an empirical observation of the territory from a field work. It must be said that this war took place from a conflict that deterritorialized the cabloco people, so that their lands served the economic interests of capital. From the point of view of micro-emancipation, the rescue of its identity is achieved through the revival of the caboclo culture.

Keywords: The Contestado War, Territory, Critical Theory, microemancipation

¹ Universidade Estadual de Londrina, Mestrando em Administração PPGA-UEL, sergiorvitiello@gmail.com

² Universidade Estadual de Londrina, Mestranda em Administração PPGA-UEL, amandafrois@gmail.com

³ Universidade Estadual de Londrina, Mestra em Metodologia de Ensino e Tecnologia, gorettvitiello@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado se deu num contexto de conflito por terras entre os anos de 1912 a 1916, referente à disputa por uma faixa de terra entre a divisa dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. Apesar de seu período longo para uma guerra civil e dada a violência com que se desenvolveu – estima-se que em torno de dez mil pessoas morreram neste conflito –, esse episódio da incipiente República brasileira é pouco conhecido, estudado e explicado nacionalmente. Por mais de um século, o povo remanescente desta região contestada permaneceu escondido, discriminado e criminalizado pelo trágico episódio, politicamente, simbolicamente e economicamente. Nos últimos vinte anos, pesquisadores, interessados pelo tema do Contestado, estão buscando resgatar e reescrever essa história, de forma que o povo caboclo recupere sua autoestima, sua importância como formador da identidade nacional e, principalmente, conquiste sua microemancipação (ALVESSON; WILLMOTT, 1992).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir a partir da Teoria Crítica e do Território, sobre a tentativa de resgate da história do Contestado e do rompimento com a sina imposta aos moradores do Vale do Contestado, que, descendentes dos caboclos que lutaram na Guerra do Contestado, sofrem com estigma simbólico da guerra que ainda prevalece na região.

Primeiramente, apresentaremos um pequeno resumo dos fatos que desencadearam a Guerra do Contestado. A seguir, apresentaremos a metodologia desse ensaio teórico, bem como a discussão sobre o Contestado à luz do território, seguida de uma reflexão sobre os conceitos de emancipação e microemancipação e outros conceitos da Teoria Crítica, teoria sociológica particularmente estudada no campo da Administração; e breves relações com o Contestado. Por fim, serão apresentadas as considerações finais e as referências.

2 METODOLOGIA

Esse ensaio teórico foi desenvolvido a partir da disciplina denominada “Tópicos Especiais em Política Social: a lógica territorial na gestão das políticas sociais”, ministrada na Universidade Estadual de Londrina – UEL, envolvendo diversas áreas do conhecimento, entre elas Serviço Social, Geografia e Administração. O ensaio teórico expressa “a relação permanente entre o sujeito e objeto, um vir-a-ser constituído pela interação da subjetividade



com a objetividade dos envolvidos” (MENEQUETTI, 2011, p. 320), por meio de reflexões que instigam os leitores a tirarem suas próprias conclusões a respeito de um tema (MENEQUETTI, 2011).

Quanto ao posicionamento paradigmático, esse ensaio se enquadra no paradigma humanista radical (BURRELL; MORGAN, 1979), que advoga a mudança radical, em uma análise comprometida com os modos de dominação, potencialidade, emancipação e privação, dando ênfase à consciência humana, a partir de uma visão subjetiva, ou seja, nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfica das organizações e da sociedade, considerando que a consciência do homem é dominada pelas superestruturas ideológicas com o qual ele interage.

Esse ensaio resultou a partir do trabalho de campo realizado entre os dias 28 de junho e 01 julho de 2018, nos municípios de União da Vitória/PR, Porto União/SC, Matos Costa/SC, Lebon Régis/SC, Caçador/SC e Timbó Grande/SC, entre outros municípios menores da região em que se deu o conflito, em que observamos, entre outros aspectos, as narrativas e as ações que os caboclos e a administração pública, dos municípios pertencentes ao Vale do Contestado, têm realizado, em busca da ressignificação de sua cultura e identidade.

Antes de ir ao campo, a fase exploratória com relação ao conteúdo – território e políticas sociais – foi trabalhada em aulas. Assim, com um embasamento teórico sobre o objeto de pesquisa, a complementação do conhecimento através do campo permitiu uma maior clareza para a interpretação dos resultados, conforme Minayo (2016). A autora enfatiza que o referencial teórico e os aspectos operacionais do pesquisador revelam as preocupações científicas que este tem, afastando-o da pretensa neutralidade da pesquisa, a qual inexistente no trabalho de campo.

As reflexões se pautaram na discussão de território – apropriado, principalmente, pela Geografia – e na Teoria Crítica – teoria de domínio das Ciências Sociais, entre elas, a Administração.

Para a análise do território, nos pautamos em Milton Santos (2000a; 2000b) e Santos e Silveira (2001), já que eles tratam da questão territorial a partir da lógica das relações de poder no estado capitalista, incluindo na discussão a ótica do “território usado” e “território vivido”, sendo o primeiro usado a partir da lógica capitalista, em que as relações de poder estabelecem quem são os que mandam e quem são os subordinados dentro do território, e o segundo, na perspectiva das relações de vida que ocorrem no território: trocas, sentimento de pertencimento, relações de trabalho, ligações afetivas, entre outras.

Há diferentes perspectivas quanto à abordagem da temática território: Ratzel, por exemplo, aborda o território numa perspectiva desenvolvimentista do estado em busca de



mais áreas para seu desenvolvimento, numa visão darwinista de evolução similar à Biologia; Raffestin que entende o território pautado em relações de trabalho o qual se regula pelas relações de poder (ITABORAHY, 2010). Nesse sentido, a perspectiva de território defendida por Santos (2000a; 2000b) e Santos e Silveira (2001) nos parece a mais adequada para o entendimento do processo de territorialização e posterior desterritorialização que ocorreu na região do contestado com relação ao povo caboclo, expulso de suas terras pelas forças nacionais pautadas no poder político-econômico-militar.

Para a análise com a Teoria Crítica, nos pautaremos principalmente nas contribuições de Willmott (2011) e Alvesson e Willmott (1992) que estudam a teoria crítica nas organizações. Os autores pregam a libertação dos indivíduos de tradições, ideologias, suposições, relação de poder que são restritivas e desnecessárias e que impedem a formação da autonomia, esclarecimento sobre as verdadeiras necessidades e desejos e, assim, provocando no ser humano uma duradoura satisfação (Fay, 1987). Neste sentido advogam que o ser humano deve sair do processo de alienação em que se encontra e partir em direção a sua emancipação. Porém, um processo de emancipação raramente é possível dentro do sistema capitalista.

Por isso, eles apresentam, e nós utilizamos aqui, o conceito de microemancipação. como uma alternativa mais eficaz para libertar o homem das amarras capitalistas, dado a seu caráter menos agressivo do ponto de vista da ruptura estrutural. Os autores destacam que a microemancipação se realiza através de brechas deixadas pelo controle e que através dela é possível que os trabalhadores alcancem, de forma limitada, algum poder de agência sobre a estrutura (ALVESSON; WILLMOTT, 1992).

3 A GUERRA DO CONTESTADO

A história do Contestado é contada a partir do momento em que o governo brasileiro inicia em 1888 a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul numa perspectiva de integração nacional e fixação de imigrantes nas terras dos estados do sul do Brasil, contando com a participação do empreendedor americano Percival Farquhar, fundador, no país, da *Brazil Railway*, empresa que ficou responsável pelo controle acionário da estrada de ferro, que foi terminada em 1909. O governo federal concedeu como pagamento a *Brazil Railway* uma extensa faixa de terra de 15 km de cada lado da ferrovia a ser criada, desconsiderando as sesmarias ou posses existentes dentro desta área (FRAGA, 2015). Essas terras não estavam desabitadas, eram os locais em que os caboclos – uma população miscigenada formada por índios, negros e tropeiros do Rio Grande do Sul e São



Paulo, os “mamelucos” na etnia brasileira (THOMÉ, 1981), habitavam. Cabral (1960, p. 384) assinala que:

O caboclo da região, valente, embora humilde, foi ainda vítima de mais uma injustiça. Sobre o Vale do Rio do Peixe, em terras devolutas, instalara, aqui e além, o seu rancho, a sua pequena roça. Vivia rudimentarmente, esquecido no meio do mato. Lembraram-se dele, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara.

A ferrovia foi planejada propositalmente com grande sinuosidade, de forma a abranger áreas de terras mais interessantes para a companhia, que recrutou cerca de oito mil trabalhadores, principalmente do Rio de Janeiro e Pernambuco, para a conclusão da obra (QUEIROZ, 1966).

Fraga (2015) assinala que em 1911, a Brazil Railway expulsou as famílias que não possuíam títulos de propriedade dentro da faixa que lhe fora concedida, contrariando a Lei de Terras de 1850. No mesmo ano, visando explorar a madeira de araucária nas terras concedidas, a Brazil Railway criou a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, construindo, também, a estrada de ferro que liga União da Vitória (PR) e São Francisco do Sul (SC) com o intuito de exportar madeira beneficiada pela Lumber.

Após o término das obras, com os trabalhadores desempregados e o povo caboclo do Contestado expulso de suas terras, estabelece-se um conflito agrário na região, tendo a União, deslocado cerca de 80% do exército nacional brasileiro, à época, para a região, armado com canhões, fuzis e, pela primeira vez na história nacional, utilizando o avião com fins militares. Do outro lado, os caboclos resistiam com facções de madeira, espingardas velhas, mosquetões e revólveres (FRAGA, 2015).

Após quatro anos de batalhas e, principalmente, de resiliência do povo caboclo, em 20 de outubro de 1916 foi assinado o “Acordo de Limites” pelos governadores de Santa Catarina e do Paraná, e pelo presidente da República estabelecendo os limites entre os dois estados. O Mapa 1 ilustra a Região Metropolitana do Contestado, o local onde se deu o conflito armado.



e a República – se aliava ao capital estrangeiro em busca do progresso essencialmente econômico, pelo povoamento e interligação do território nacional, sobrepondo-se a qualquer interesse local minoritário. Assim, o capitalismo incorporado pelo governo brasileiro defende que populações remanescentes de quilombos, como é o caso do povo caboclo, representam um obstáculo ao “desenvolvimento e progresso do país” e como tal devem ser removidos a qualquer custo (FRAGA, 2015).

A noção de território para Santos é pautada no materialismo histórico e dialético, pautando-se no caráter de utilização econômica perpassando por diferentes formas de uso ao longo do tempo, numa perspectiva de mudanças históricas. Neste sentido, Santos defende que: “O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que pensamos junto com aqueles atores que dele utilizam” (SANTOS, 2000b, p. 22)

Em outra obra, o autor amplia a concepção de uso do território, trazendo também a noção de pertencimento que os indivíduos que nele habitam, sentem em relação àquele “pedaço de chão”:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, a residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se está falando em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000a, p. 96-97).

A noção de uso do território e o sentimento de pertencimento a ele discorrido por Santos (2000a) reflete a perspectiva cabocla enquanto povo enraizado e oriundo do e no território Contestado. A luta do povo caboclo foi justamente no sentido de preservar este território para si e seus descendentes. Nesse sentido, estão presentes os sentimentos de afinidade e afetividade deste povo com a região do Contestado, pois o modo de vida, os costumes, a comida, a cultura, as trocas, se fazem presentes e são únicas deste território.

O cerne da questão que desencadeou a Guerra do Contestado se refere ao uso do território. O povo caboclo utilizava-se dele numa perspectiva econômica de subsistência, ou seja, plantava e criava animais para seu próprio consumo: para eles o território era vivido. Contudo, a região era vista como potencial produtora de madeira extraída através do plantio de pinheiros, o que atraiu a atenção de empresários americanos conforme assinala Fraga:

Assim que foi criada, a Lumber tratou de comprar 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguçu, próximos de Canoinhas. Estabeleceu uma série de contratos com diversos fazendeiros, por meio dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que haviam em suas terras (FRAGA, 2015, p. 126).



Nesse sentido, o interesse do capital internacional apoiado pelo governo nacional se chocou com o interesse local, orientando para uma nova utilização do território a partir da lógica capitalista, na qual os posseiros que viviam na região são expulsos através do uso de forças paramilitares pelos empresários da madeira iniciando o que se tornaria uma guerra com duração de longos quatro anos.

Fortemente armado, o grupo vasculhou os pinheirais da empresa para expulsar e até matar. De ambos os lados pessoas morreram, outras sobreviveram, mas isso era apenas o começo do que ainda estava para surgir. A posse da terra perdida e o pinheiro roubado desesperavam milhares de caboclos que não tinham para onde se dirigir, pessoas sem um lugar para morar e algo para sustentar. Foram as primeiras faíscas de um incêndio que duraria quatro anos (...) (FRAGA, 2015, p.127).

No próximo capítulo discutiremos a tentativa de microemancipação do povo caboclo a partir do resgate de sua identidade cultura à luz da Teoria Crítica.

5 A MICROEMANCIPAÇÃO DO POVO CABLOCO POR MEIO DO RESGATE DE UMA IDENTIDADE TANTO TEMPO CONTESTADA

Nas ciências, têm-se a ideia de que a prática vem como uma aplicação da teoria, ou ainda, de que há uma distância entre teorizar e praticar. Além dessa distância, é comum a diferenciação entre como as coisas são e como elas deveriam ser; e de acordo com esse pensamento, a prática surge como os ideais que orientam a ação. Nesse sentido, nas ciências tradicionais, a teoria e a prática estariam separadas pelas dimensões do conhecer e do agir. Porém, a Teoria Crítica compreende que a teoria e a prática não são dissociáveis, pela compreensão de que não é possível mostrar como as coisas são, senão a partir da perspectiva de como elas devem ser. A partir disso, a Teoria Crítica assume por princípio, a orientação para a possibilidade real de emancipação do homem a partir de uma prática transformadora das relações sociais vigentes e de uma teoria que analise o funcionamento das coisas a luz dessa emancipação, que é possível, porém bloqueada pelo capitalismo (NOBRE, 2014).

Para a Teoria Crítica, a emancipação descreve o processo em que os indivíduos e grupos se tornam livres de condições ideológicas e sociais repressivas, principalmente as que impõem restrições socialmente desnecessárias para o desenvolvimento e a articulação da consciência humana (ALVESSON; WILLMOTT, 1992). É importante diferenciar esse conceito do conceito marxista, que a define como a libertação do jugo da classe dominante, de qualquer exploração e opressão, de quaisquer distinções de classes e lutas de classes de toda a sociedade (MARX; ENGELS, 1997). Nessa visão crítica, a emancipação como proposta por Marx, acaba por assumir um caráter incerto, contraditório, ambíguo e precário



(ALVESSON; WILLMOTT, 1992), pois pode se dar além da questão econômica e da luta de classes, atingindo todo ser humano que esteja se sentindo frustrado, oprimido e confuso pelas contradições, prioridades perversas e efeitos da sociedade moderna capitalista (WILLMOTT, 2011). Porém, a emancipação é vista como um macroprocesso que deveria ser integrado por toda a sociedade, sendo quase impossível de ocorrer sem uma grande mobilização.

Por isso, os teóricos críticos posteriores trouxeram o conceito de microemancipação: aquela que, se aproveitando das brechas no controle gerencial e organizacional surgidas das contradições da reprodução da ideologia vigente, se contrapõe à dominação por meio da resistência em busca da liberdade, e, da liberdade da consciência humana (ALVESSON; WILLMOTT, 1992). Para Alvesson e Willmott, “alguns graus de emancipação, ainda que circunscrita e contraditória, confirmando que uma expansão da autonomia (comportamental) é possível sem degenerar em anarquia”.

Na Região do Contestado, há pessoas que há algum tempo não conheciam a história de seu povo, por isso não tinham orgulho de sua origem pois o fim da guerra, contado na história oficial, colocou seus antepassados como facínoras, perturbadores da ordem nacional e assassinos. A guerra, para eles, significava vergonha, opinião motivada por diversas violências à memória, principalmente do Estado. Essa região, envergonhada, foi esquecida pelo poder estadual e federal desde então, consolidando-a como a região mais pobre do estado de Santa Catarina. As consequências da guerra foram vistas em vários lugares: pobreza, fome, inacessibilidade à saúde, à assistência social e à educação.

Porém, o recente resgate histórico da guerra do Contestado trouxe ao seu povo um reencontro com sua essência: a de povo caboclo. O sentimento de pertencimento ao seu povo e ao seu território, a paz com sua consciência, com seus modos de viver, sua cultura de luta e resistência a esta “república do diabo” que, vendido ao capital – estrangeiro – expropriou suas terras e esqueceu seus nomes, foi resgatado. Esse processo de microemancipação – não econômica, mas histórico-cultural – trouxe a eles o esclarecimento necessário para quebrar os grilhões que os prendiam ao passado, rumo a um futuro sonhado e esperado: uma revolução silenciosa.

Na concepção de microemancipação, mesmo em meio à cultura opressora, é possível expandir, dentro de limites, a autonomia e a responsabilidade por meio do esclarecimento e, ao usá-lo, torna-se possível evoluir, enquanto ser humano. O esclarecimento implica na alteração da racionalidade que dirige a sociedade: ir da racionalidade instrumental (comum a todos os homens no capitalismo – o mundo administrado, em que o controle social é tão sofisticado que as massas são completamente excluídas – que os inseriu em um sistema social que bloqueou suas capacidades de



emancipação, transformando-os em seres alienados, parte de um sistema que não conhecem e não se adaptam) para a racionalidade comunicativa, que orientada para a comunicação, por meio do poder do entendimento e do consenso, garante a reprodução simbólica da sociedade (ADORNO; HORKHEIMER, 1947).

Em nossa visita ao campo, observamos, na chegada em União da (PR) e Porto União (SC) que os dois municípios possuem seus limites – intermunicipais e interestaduais – demarcados dentro da área urbana, por um obelisco que, à época, seguiu os padrões internacionais de separação de divisas, para não dar margem a manifestações contrárias à esta demarcação. Nesse território, em que as pessoas vivem e cruzam as divisas em seu dia-a-dia, a guerra é negada por um dos lados (o paranaense). Ao redor da divisa, do lado catarinense, há uma praça comemorando os cem anos do fim da Guerra a Praça do Contestado, enquanto no lado paranaense, praticamente não há referência à guerra. Esse fato exemplifica os interesses cognitivos habermasianos, à medida que o estado paranaense pode ser compreendido como um agente que não busca, nem por meios técnicos nem por meios práticos, seus interesses emancipatórios, e nisso, o território pode ser compreendido como a prova, pois o conhecimento histórico e cultural, enquanto significado pelos catarinenses como o conhecimento da própria essência cabocla, é abandonado pelos paranaenses, que ainda buscam, por meio do e forçados pelo capital, o esquecimento de seu passado. A imagem a seguir representa essas relações, ao mostrar que, ao lado paranaense do marco divisório que leva a uma praça comemorativa dos 100 anos do Contestado (praticamente inteira em Porto União), não há nem asfalto, enquanto o lado catarinense está cuidado, com iluminação e calçada até chegar à praça.

Figura 1 – Divisa entre Porto União (SC) – União da Vitória (PR)



Fonte: os autores (2018).



A Teoria Crítica ainda advoga pela possibilidade de superação da condição histórica, rompendo com os ideais marxistas, principalmente referentes ao jovem Marx. Para Marx, a ação humana era determinada pelo contexto histórico (ADLER, 2008). Isso significa que o indivíduo é um ser determinado pela estrutura social e pela infraestrutura (forças e relações de produção), quando a atitude humana viria da coerção do sistema socioeconômico e da inserção no contexto histórico (infraestrutura), em que um poder, que escapa aos indivíduos, rege suas vidas. Isso resulta na formação da consciência do ser humano, que tem suas bases e seus valores determinados pela sua existência e pelas suas relações materiais (ÁVILA; HERRLEIN JR., 2013).

A Teoria Crítica rompe com essa ideia por meio da possibilidade de autonomia, à maneira do iluminismo. Diferentemente do conceito distorcido pela sociedade capitalista para o sentido de individualismo, os teóricos críticos desafiam essas formas de conhecimento e prática que servem para sustentar apenas uma ilusão de autonomia, por meio da substituição da ilusão de uma estrutura de relações sociais em que a "autonomia" adquire o disfarce de individualismo por uma visão de que a autonomia não representa o ideal do individualismo alienado, autossuficiente, cuja ideologia espontânea é do mercado (WILLMOTT, 2011; ALVESSON; WILLMOTT, 1992). A autonomia se torna uma realidade prática a partir do esclarecimento, como uma condição de atingir a maioridade kantiana (SILVA, 2007). Relacionamos como exemplos da superação da condição histórica por meio da busca pela autonomia os municípios de Matos Costa e Lebon Régis, em Santa Catarina.

Matos Costa é um município onde a guerra deixou um rastro de exploração e pobreza. Matos Costa foi um general que rompeu com o exército brasileiro ao perceber que vencer a guerra, para os caboclos, representava a sobrevivência. Foi morto e eternizado no nome do município em que Jozette Dambrowski criou um museu resgatando a sua história. Seu olhar para o passado chamou a atenção do poder público, que, buscando condições melhores para seus indivíduos, em um local completamente agrário, sem indústrias e sem qualificação de mão-de-obra, começou a buscar no turismo a chance de contar a história esquecida e trazer renda para sua população, conforme disse o prefeito Raul Ribas Neto, ao contar um pouco da história, dos indicadores educacionais e econômicos do município e sua transformação durante sua gestão.

Em Lebon Régis, após uma conversa com a secretária de Assistência Social do município, fomos à casa do Sr. Roni, que nos recebeu para um almoço tipicamente caboclo: o porco caipira com feijão preto e farofa de pinhão. Lá percebemos que a autonomia se expressava por meio da afirmação, tanto nas narrativas quanto nos comportamentos, de que ser caboclo é resistir à lógica do capital por meio do repartir do alimento. A reconciliação



com as origens também representou uma microemancipação em relação à minoridade (kantiana). Nesse município, a possibilidade de superação da condição histórica se manifesta por meio do trabalho – não necessariamente do acúmulo de capital. A autonomia, pelo menos para a maioria da população, descendentes e caboclos, não é atingida pelos meios econômicos, porém, conforme o exemplo do Sr. Roni, no espírito daqueles caboclos há uma faísca de autonomia que assegura a eles a possibilidade de existir ainda que oprimidos (ADORNO; HORKHEIMER, 1947).

A Teoria Crítica, como já se deu a entender nesse ensaio, difere-se da teoria tradicional. Em Timbó Grande (SC), o último reduto da Guerra do Contestado, conhecemos o Vale Santo, o local em que os caboclos restantes foram dizimados pelo exército brasileiro, que o chamaram de Vale da Morte.

Aqui se pode notar as diferenças entre os pressupostos da teoria tradicional e os pressupostos da Teoria Crítica, quando se relaciona o *modus operandi* de gestão do exército à teoria tradicional e a organização cabocla com a Teoria Crítica. A teoria tradicional, de cunho positivista, foi assim considerada por Horkheimer por: perder seu sentido crítico com o tempo; possuir uma pretensa neutralidade da descrição; ser parcial, ser utilitarista, ver a divisão de classes como um fenômeno natural, justificar o que já está posto, possuir meios de produção pautados no capitalismo; impor separação entre indivíduo e sociedade; impor separação entre ação humana e realidade (CARNAÚBA, 2010; NOBRE, 2014). A Teoria Crítica, por sua vez, busca dar à teoria tradicional a consciência de seu limite, reconhece que saber e agir são distintos, mas podem ser pensados juntos pois a ação humana produz a realidade social, não considera a própria consciência sob a tutela do processo de racionalização mecânica e considera além do conhecimento, a realidade das condições sociais capitalistas, visto que o comportamento crítico se orienta para a emancipação (CARNAÚBA, 2010; NOBRE, 2014).

Enquanto a história oral dos caboclos conta que o exército, como uma organização racional-legal, agia com base em controle e disciplina, os caboclos, buscavam se organizar a partir da comunicação e dos princípios de solidariedade que aprenderam com os indígenas; essa inclusive é uma permissão que a teoria tradicional não oferece: nela, o conhecimento é criado e promovido apenas entre a elite pensante. As culturas alternativas não são dignas de atenção. Outros valores são consequências desses pressupostos nas organizações sociais. Ouvimos, por exemplo, que foram os caboclos que ensinaram ao exército como se sustentar com o pinhão, fruto típico das araucárias; eles ensinaram a sapecada para a sobrevivência dos que estavam ali para os matar; os caboclos não matavam mulheres e crianças, enquanto o exército não fazia distinção entre a guerra e o



morticínio. Esses princípios, que extrapolavam a lógica da guerra são frutos da racionalidade, que não é instrumental, dos caboclos.

Assim, quando pensamos que os caboclos, após a destruição de suas vidas e de seu território após a guerra, precisaram de quase cem anos para resgatar sua memória com dignidade e seus direitos básicos de vida, educação, saúde e história, a partir do próprio resgate de sua estima enquanto cidadãos de municípios abandonados por tanto tempo, perguntamo-nos se uma alma que tem sua história negada e sua dignidade contestada pode ser livre. Sem emancipação – ou microemancipação – com certeza não.

Enquanto seres controlados, pela questão econômica como Marx dizia, pela questão cultural, por um estado que olha e acusa um povo por vir de onde veio, a emancipação só vem a partir da resistência. Mas essa resistência, a partir da retomada da Teoria Crítica, não é mais apenas a que leva à Revolução ou à emancipação global. Para pessoas como o seu Valdecir, o JB, a Jozette, o Roni, o Valente e a Mery, da região do Contestado, o conhecimento de sua história os emancipou. A liberdade de ter orgulho de ser quem é, de cantar músicas entoando a história daqueles que a mídia chamou de assassinos, mas eles sabem: eram lutadores que batalharam pelo direito de uma terra comum em que tudo era dividido. A liberdade da mente, que Marx jamais consideraria emancipação, agora pode ser visto assim, pois a Teoria Crítica contempla essa possibilidade. A emancipação histórico-cultural desse povo também alterou o rumo dos acontecimentos. As consequências desse efeito, saberemos daqui outros anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse ensaio teórico teve por objetivo refletir sobre o Contestado à luz do Território e, principalmente, da Teoria Crítica. Acreditamos que aproximar essa teoria para o campo das ciências sociais dos estudos da geografia, especificamente, do território, é relevante e contribuirá para futuros debates e reflexões sobre o tema. Esse artigo realizado como um ensaio a partir de uma narrativa resultante de uma atividade de trabalho de campo realizado entre os dias 28 de junho e 01 de julho de 2018, nos municípios de União da Vitória/PR, Porto União/SC, Matos Costa/SC, Lebon Régis/SC, Caçador/SC e Timbó Grande/SC se apresenta como uma possibilidade de diálogo entre as ciências sociais e naturais.

Quanto ao território, vimos que poderíamos considerar que o povo caboclo vivia nessa região e estava ali territorializado, a partir do que Milton Santos denominava território vivido. Com a expansão do capital americano nas terras brasileiras, esse território passou a ser uma arena de disputa que culminou na Guerra do Contestado. Quando a lógica



capitalista pretendeu se utilizar desse território no contexto de território usado, ou seja, para fins capitalistas, principalmente por meio da exploração da indústria da madeira, ocorreu a desterritorialização dos caboclos. Essa desterritorialização foi uma das heranças dessa Guerra, que também colocou os caboclos e seus descendentes em um contexto de isolamento social, econômico e político.

Assim, a Teoria Crítica foi utilizada como base para uma reflexão das heranças deixadas pela Guerra bem como das ações e narrativas que se instalaram na região com a tentativa de ressignificação do passado e da história dos caboclos, tanto com a iniciativa pública quanto acadêmica. A microemancipação se manifesta nessas tentativas: na luta contra a exploração ambiental, contra a destruição dos monumentos caboclos, no repartir do pão, na construção de museus para o resgate histórico da versão não-oficial e dignificadora deste povo. A Teoria Crítica, enquanto teoria unida à prática, enquanto estudo do que é com base no que pode ser, encaixa-se perfeitamente a esse povo, que hoje, sabendo quem foi, olha para o horizonte do que poderá ser e age, consciente do que é.

REFERÊNCIAS

ADLER, P. S. Marx and organization studies today. In: _____. **The Oxford handbook of sociology and organization studies**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 62-91.
ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Berlim, 1947.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. On the idea of emancipation in management and organization studies. **Academy of Management Review**, v. 17, n. 3, p. 432-464, 1992.

ÁVILA, R. I.; HERRLEIN JR, R. Determinismo e não determinismo em Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 323-348, dez. 2013.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Hants: Ashgate, 1979.

FAY, B. **Critical Social Science: Liberation and its Limits**. Cornell University Press, Ithica, NY, 1987.

FNEM BRASIL. **Região Metropolitana do Contestado (SC)**. 2018. Disponível em: <<http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-do-contestado-sc/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido**. 2. ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2015.

ITABORAHY, N. Z. . A geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: primeiras aproximações. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros**. Porto Alegre, Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/A-Geografia-o-conceito-do-territ%C3%B3rio-e-os->



processos-de-territorializa%C3%A7%C3%A3o-das-comunidades-quilombolas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 56-71.

NOBRE, M. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência global. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

SANTOS, M.; SILVEIRA, L. S. A questão: o uso do território. In_____. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 36-37.

SILVA, Vital Ataíde da. **Adorno e Horkheimer**: a Teoria Crítica como objeto de emancipação. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia. Universidade Federal da Bahia: Salvador-BA, 2007.

THOMÉ, N. Civilizações primitivas do Contestado. IUL: Caçador, 1981.

VALENTINI, D. J. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). 2009. 301 fls. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas PUCRS, Porto Alegre, 2009.

WILLMOTT, H. Organizational theory as a critical science. In.: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. **The Oxford handbook of organizational theory**: meta-theoretical perspectives. Oxford: Oxford University Press, 2011, 88-112.